

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Gabinete da Secretária de Estado da Inclusão

Despacho n.º 554/2023

Sumário: Designa, em regime de substituição, Maria de Fátima da Fonseca Matos para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo da Casa Pia de Lisboa, I. P.

A Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, prevê que a designação dos membros do conselho diretivo seja efetuada na sequência de procedimento concursal, aplicando-se as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Considerando que:

A comissão de serviço da presidente do conselho diretivo da Casa Pia de Lisboa, I. P. (CPL, I. P.), Doutora Maria Cristina Ricardo Inês Figueiro, cessou, por caducidade, nos termos da alínea c) do artigo 291.º e do artigo 292.º da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, na sua atual redação, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, determinada pelo Aviso n.º 23236/2022, de 30 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de dezembro de 2022.

A cessação da comissão de serviço gerou a vacatura do respetivo cargo de presidente do conselho diretivo, afigura-se necessário e urgente proceder à designação de novo titular, de forma a permitir o normal e regular funcionamento daquele organismo público, até à abertura e conclusão do respetivo procedimento concursal.

Perante a urgência, afigura-se como regime mais adequado a designação em substituição, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

A designada em substituição reúne todas as condições legalmente exigidas e demonstra deter competência técnica, aptidão e comprovada experiência profissional no exercício de funções relevantes na área do cargo a prover, bem como de formação académica e profissional adequadas, fatores indispensáveis às atribuições e objetivos do cargo a prover, conforme também se constata pela nota curricular em anexo.

Determina-se, em observância do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e no uso da competência delegada prevista na alínea b) do n.º 3.1 do Despacho n.º 7910/2022, de 21 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 28 de junho de 2022, da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1 — Designar, em regime de substituição, nos termos e com os fundamentos acima descritos, a licenciada Maria de Fátima da Fonseca Matos para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo da CPL, I. P.

2 — A designação em apreço fundamenta-se na experiência profissional da designada e na reconhecida aptidão para exercer o respetivo cargo conforme o atesta a sua nota curricular, que, para efeito do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, é publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 15 de dezembro de 2022.

29 de dezembro de 2022. — A Secretária de Estado da Inclusão, *Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria de Fátima da Fonseca Matos.

Data de nascimento e naturalidade: 13 de outubro de 1969, Estarreja.

2 — Habilitações académicas e formação complementar:

Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Curso avançado em Gestão Pública-CAGEP, no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

Curso intensivo pós-graduado em Direito de Família e Menores, na Universidade Católica Portuguesa.

Curso pós-graduado em Mediação Familiar, no ISPA — Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

3 — Experiência profissional:

Diretora adjunta do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, desde julho de 2019.

Coordenadora do GIPS — Gabinete de Intervenção Psicossocial, no Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna, em Lisboa, no âmbito do Programa TEIP do Ministério da Educação, de janeiro de 2012 a julho 2019.

Formadora de equipas técnico-pedagógicas, no âmbito dos Programas TEIP e PIEF, a convite da Direção-Geral da Educação, de 2000 a julho de 2019.

Coordenadora nacional do PIEC — Programa para a Inclusão e Cidadania, Ministério do Trabalho e Segurança Social, de setembro de 2009 a dezembro de 2011.

Coordenação regional da Medida PIEF, em Lisboa e Vale do Tejo, de março a setembro de 2009.

Coordenação de equipas técnico-pedagógicas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, da Medida Educativa e Formativa PIEF, no âmbito dos Programas Ministeriais: PEETI, PETI e PIEC, de 2000 a 2009.

Supervisora nas áreas da Mediação e da Intervenção e Desenvolvimento Social, em instituições públicas e do Setor Social e Solidário, de 2000 a 2009.

Consultora em intervenção social, em instituições do Setor Social e Solidário, de 2007 a 2009.

Coordenação de equipas de projetos nas áreas da Intervenção comunitária (Programa Integrar), da violência doméstica (Programa Europeu DAFNE) 1997 a 2000.

Integrou a Rede Social de Lisboa e duas comissões sociais de freguesia, Campolide e Avenidas Novas.

Orientadora e coordenadora de estágios curriculares e profissionais nacionais e estrangeiros, de cursos de Ciências Sociais e Humanas.

Formadora em liderança comunitária e empreendedorismo social.

Participou em várias conferências, encontros, fóruns, *workshops*, como organizadora, oradora e formadora nas áreas da intervenção psicossocial, promoção da cidadania ativa, metodologia de projeto e promoção do sucesso educativo, para alunos, famílias, técnicos, professores e magistrados.

316020636